

O RACISMO E A RECUSA DA TRANSFERÊNCIA: RESISTÊNCIAS DO PSICANALISTA

Mariana Mollica da Costa Ribeiro⁴⁰
Fabio Santos Bispo⁴¹

INTRODUÇÃO

Propomos uma discussão sobre como as relações raciais comparam nos fenômenos transferenciais. Freud (1905/1996) destaca que a transferência pode funcionar como o motor do tratamento e ao mesmo tempo interromper a associação livre. O que determina sua passagem de obstáculo a uma poderosa aliada é justamente a especificidade do manejo da estratégia transferencial pelo psicanalista. Nossa questão se situa exatamente nesse ponto: como o racismo pode interferir nessa operação?

Consideramos, primeiramente, os entraves que o racismo estrutural coloca para uma escuta efetiva na análise, principalmente a partir da emergência da transferência negativa e da resistência, quando a surdez por parte do psicanalista impede que sujeitos historicamente marcados pela violência colonial sejam escutados. Nos perguntamos acerca das condições de possibilidade para que o discurso psicanalítico atinja e trate, não apenas o sofrimento racial de cada um, mas as relações de colonialidade presentes na *polis* e atualizadas na cena analítica. Para tanto, é preciso reconhecer as resistências dos psicanalistas, ligadas à própria denegação do racismo, principal marca do racismo brasileiro (GONZALEZ, 2020; MUNANGA, 2017), e que pode ser encoberta inconscientemente sob o manto de uma suposta neutralidade clínica.

⁴⁰ Doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ). Pós-Doutoranda (PNPD/CAPES). Professora colaboradora (UFRJ). CV: <http://lattes.cnpq.br/2046000937874008>

⁴¹ Doutor em Psicologia (UFMG). Professor (UFES). CV: <http://lattes.cnpq.br/7078731129867747>

Esse é um obstáculo que pode implicar uma recusa de escuta da repetição e da resistência oriundos da transferência. Para enfrentar esse impasse, é necessária uma sensibilização, na formação do psicanalista, quanto à leitura e comprometimento com os estudos pós-coloniais e decoloniais, mas também uma transformação concreta das relações raciais que permeiam o laço analítico. Isso pode ocorrer, por exemplo, com a abertura, nas escolas de psicanálise, de programas de ações afirmativas que inclua um número cada vez maior de pessoas negras e de origem periférica e com o engajamento teórico e político efetivo em relação às violências subjetivas e sociais de nosso tempo. Um número importante de psicanalistas negras e negros já vem lutando para o resgate das contribuições de autoras negras brasileiras, que trazem leituras originais e fundamentos para uma experiência psicanalítica em solo brasileiro, com uma escuta das trajetórias e experiências periféricas atravessadas pela incidência da segregação racial.

Outro eixo de análise, diz respeito ao impacto do racismo no próprio estabelecimento da transferência, na medida em que a suposição de saber, numa sociedade racista, pressupõe a brancura como condição de possibilidade. Frequentemente, a questão racial interroga a dimensão da transferência de forma mais explícita quando o paciente negro demanda ser atendido por um analista negro ou, o que nem sempre significa a mesma coisa, quando o paciente negro recusa um analista branco. Como somos atravessados pelos ideais coloniais da branquitude (FANON, 2020; SOUZA, 1983/2021), mesmo as pessoas negras raramente demandam analistas negros. Nossa hipótese é de que a população negra ainda deposita no branco a suposição de saber e somente uma minoria, marcada por certo confronto com o racismo e um saber advindo dos movimentos sociais, arrisca um passo na superação dessa preferência. Talvez seja o incômodo com essa virada que tem levado muitos psicanalistas a recorrer a argumentos que escamoteiam a lógica racial implicada no caráter colonialista e europeizante dos saberes acadêmicos, que pode mesmo atingir a transmissão da psica-

nálise. Discutimos a seguir a forma como esses argumentos reforçam a recusa a um debate franco acerca do racismo, remetendo-o a um suposto identitarismo. Autores críticos da colonialidade (FANON, 2020; MBEMBE, 2018; RIBEIRO, 2017; GROSGOUEL, 2016; DUSSEL, 1993) nos ajudam a responder essa crítica, abrindo espaço para uma psicanálise implicada na superação do negacionismo.

DA ALEGAÇÃO DE IDENTITARISMO A UMA ESCUTA DO CARÁTER VIOLENTO DAS IDENTIDADES NORMATIVAS

Por que pessoas negras têm procurado analistas negros e tem evitado os brancos? É comum o argumento, no campo psicanalítico, de que esta busca se dá em função de uma identificação imaginária e que esta é uma tendência dos nossos tempos, que tem encontrado no identitarismo um meio de defesa contra a segregação, através de uma busca pelo semelhante.

Do ponto de vista político, os críticos de noções como o “lugar de fala” (RIBEIRO, 2019), por exemplo, argumentam que a política identitária presentificaria um essencialismo político, carente de sofisticação teórica, que mascara a luta de classes, tomada como o verdadeiro problema a ser enfrentado para combater as opressões no capitalismo. Sugerem que a política identitária fratura o corpo político, reificando identidades, criando hierarquias e acirrando ainda mais a fixação de sujeitos em determinados lugares. No caso de psicanalistas, a crítica aponta que o problema é dar ênfase demasiada ao imaginário, aos atributos do eu que mascaram a dimensão do inconsciente, e leem os movimentos identitários com a mesma lógica do grupo do tipo “mente grupal” descrita por Gustave Le Bon, como aponta Freud (1921/1996) em *Psicologia das massas*. A tese clássica de Freud é que os membros do grupo se reúnem a partir de identificações entre si e por colocar o mesmo líder no lugar do ideal do eu. Ainda que não haja um líder, uma ideia ou um ideal poderia consolidar um

tipo de grupo que pudesse encobrir o inconsciente, produzindo uma homogeneização entre os integrantes, reforçando o narcisismo das pequenas diferenças e a alienação dos *eus* dos “irmãos” em relação a sua própria dimensão pulsional.

Através do estudo dos quilombos e das noções de quilombismo, desenvolvidas por autores como Beatriz Nascimento (2021), Abdias Nascimento (1980), Clovis Moura (2001) e outros historiadores, antropólogos e ativistas negros, temos colocado em questão a ideia de que os coletivos de luta política, que extraem da tradição quilombola um saber fazer contra a opressão racial, sejam eles próprios organizados pela mesma lógica da Igreja e do Exército. O quilombo pretende ser uma brecha no sistema escravista e fazer resistência justamente à lógica colonial que se serviu da estrutura da igreja e do exército para dominar os territórios conquistados e manipular, ludibriar e controlar a população autóctone (RIBEIRO, ROSA e ASSIS, 2022). Seria mesmo honesto e ético, da parte dos psicanalistas, utilizar um modelo grupal lido por Freud de organizações erigidas sob a lógica do nazismo para destrinchar o que se opera nas organizações populares de luta contra o extermínio?

Djamila Ribeiro (2017) e demais defensores do conceito de *lugar de fala* afirmam que esses argumentos são falaciosos e escondem uma manutenção de certos privilégios para que as coisas não se modifiquem (BISPO, 2022). Estariam a serviço do que Cida Bento (2002) nomeou como o pacto narcísico da branquitude que, sob o manto da universalidade, admitem que sejam omitidas as forças de extermínio de subjetividades negras, indígenas e lgbtqia+. Essas forças permanecerão atuantes de forma insidiosa caso os problemas da raça, do gênero e da etnia não sejam levantados, com a reivindicação de urgentes transformações. O poder é quem determina essas identidades e, portanto, as estruturas de opressão isolam e encerram alguns grupos em lugar de dejetos sociais, de subalternos, de objetos do gozo e do capricho de outros, retirando seu estatuto subjetivo e sua cidadania. A estratégia criada

pelos movimentos sociais é de dar a ver os marcadores sociais, ao invés de encobri-los. Ou, como diria Freud acerca das coisas sexuais, “dar nome aos bois” [*‘j’apelle un chat un chat*] (FREUD, 1905/1996, p. 54).

Essa estratégia dialoga com a proposta de Freud sobre o modo de lidar com a repetição na transferência. Se não houver um esforço de trazer para a fala os cenários de dominação que se repetem, será difícil superá-los, pois “é impossível destruir alguém *in absentia* ou *in effigie*” (FREUD, 1912/1996, p. 119). Essa expressão histórica do vocabulário jurídico antigo é trazida por Freud nessa formulação tão enigmática quanto genial, para mostrar a importância da presença real do analista, naquilo que ele encarna o lugar de Outro nas experiências que recolhe. O paciente o inclui nas tais “séries psíquicas que o sujeito já formou” e, se avançamos com Lacan, atualiza precisamente o ponto em que o sujeito é objeto de um Outro que goza. Se o analista encarna o opressor que nada quer saber acerca da dimensão racial, como é próprio da sociedade colonial, os sofrimentos decorrentes do racismo não aparecerão.

Não se trata de essencialismo ou de uma crença na identidade fixa, muito pelo contrário, a questão é subverter a nomeação violenta advinda do Outro. Reafirmar: *Sou negra/o! Não é você racista que afirma o que sou. Minha afirmação como negra/o é a de subverter o apagamento da minha história, das minhas origens, da minha cultura, da minha subjetividade e da história de um povo.* Tornar-se negro é condição, segundo as teses de Fanon e Neusa Santos, para superar a tendência do negro colonizado em forjar uma identificação aos ideais de matriz europeia e branca.

Em termos psicanalíticos, a enunciação e autodesignação presente nesses grupos opera a favor de uma des-identificação, destituindo os ideais recalçados da branquitude. Trata-se de deslocar o que Neusa Souza (1983/2021) chamou de Ideal do Eu Branco. Antes de qualquer crítica precipitada, que utilize a psicanálise para deslegitimar a atuação política de grupos minoritários, é preciso escutá-los e se perguntar acerca da importância dessas vozes para a superação do extermínio, da tortura e da objetificação de seus corpos que ocorre

cotidianamente e ir além; produzir um giro de discurso no laço social, uma transformação no racismo estrutural.

A insistência da crítica pelo imaginário desconsidera completamente os mais complexos e inquebrantáveis determinantes do racismo, perpetuadores da violência colonial, que podem ser presentificados nas análises. Neste ponto, é essencial adentrar às questões relativas à identificação, para em seguida avaliar os aspectos mais delicados e complexos, portanto, menos evidentes.

O QUE SE REPETE NA TRANSFERÊNCIA?

Vale lembrar da crítica que Jacques Lacan (1963-64/1985) faz à psicanálise do ego, que baseava o manejo da transferência, bem como a direção da análise, na identificação ao analista. Essa é uma questão que diz respeito mais ao final da análise do que ao início. No estabelecimento da transferência, essa identificação é um dos motivos que leva alguém a uma análise. A escolha inconsciente se dá a partir de algum traço identificatório, um significante qualquer, que demarca a determinação simbólica da transferência, para além do eixo imaginário especular. A própria definição de transferência em Freud se serve dessa dimensão. Ele propõe que a ligação do analisando com o analista conta com um amor provocado por “ideias libidinais antecipadas” e “clichês estereotípicos” (FREUD, 1912/1996, p. 111). A repetição evoca, pois, tanto a dimensão econômica, entrevista na intensidade da libido investida no analista, quanto a dimensão simbólica, das marcas inscritas no encontro com a alteridade, cujos traços mnêmicos determinam um modo próprio de posição subjetiva no laço com o Outro. São as reimpressões desses traços que se presentificam na transferência. O psicanalista consente em entrar na série psíquica, pagando com seu corpo e com sua pessoa, advertido do manejo que terá que realizar para fazer oscilar o semblante do lugar que ele ocupa na transferência. Ele vai assumindo o lugar de várias identificações e encarnando uma série de objetos até que possa vir a cair e ser esvaziado

de representações. Portanto, se para o analisante a identificação é uma via fundamental para estabelecer a transferência, para o analista, algo dessa identificação terá que ser deslocada.

É perfeitamente possível que uma pessoa negra busque um analista negro supondo que este terá mais condições de ouvi-lo do que um analista branco. Isso pode ser mais ou menos consciente e constituir uma manifestação da suposição de saber que fundamenta a transferência. O cuidado que o analista deve ter, sempre, é o de não encarnar de fato a suposição de saber, permitindo que a questão do desejo emerja como causa do trabalho analítico. O psicanalista abre mão de seu lugar de poder na transferência, inaugurando a passagem para a associação livre, como regra primordial da clínica, na qual a palavra do sujeito toma a dianteira, deixando falar o inconsciente por meio do próprio discurso que assume o protagonismo na cena analítica. O saber que importa é o que está suposto, abaixo da barra do recalque, como retrata o matema da transferência (LACAN, 1967/2003). Lacan localiza no ato analítico a precipitação da entrada em análise, quando há uma oscilação do analista enquanto um ideal de saber e a causa da análise se desloca para a cadeia significante trazida pelo sujeito, articulada à questão que lhe permitiu formular uma demanda de análise que inclui o analista como um significante qualquer.

Geralmente não se levantam muitas preocupações quando a preferência do paciente é por analistas brancos, primeiramente por que essa preferência raramente é enunciada. Nunca se interroga, inclusive, porque pessoas brancas só procuram analistas brancos. Talvez também pelo racismo implícito na desconfiança em relação à capacidade de o negro atuar como analista. Entretanto, se nem o paciente enuncia o traço racista que fundamenta a transferência, quando ele está presente, nem o analista admite o peso dessa dimensão, a possibilidade de intervir no ciclo de repetição torna-se mais remota ou inexistente. A grande pergunta que merece ser colocada não é, pois, como o analista negro deve manejar a suposição de saber quando ela ocorre – seguimos o que

já é a política da psicanálise de recusar a posição de mestria – a grande questão é como possibilitar que essa face branca da transferência seja negritada. Ou seja, como intervir para que os ideais da branquitude sofram algum abalo na análise, se eles não são sequer nomeados? Como analista e analisante podem superar a denegação do racismo que permeia o laço social e interrogar o mito negro e o ideal de branquitude?

Em *Observações sobre o amor transferencial*, Freud (1915/1996) aponta o quanto o paciente nos demanda a correspondência de seu amor e o quanto nos convoca para responder frente ao seu sofrimento de forma a ocultar os imbróglios da castração, apaziguar suas culpas e decepções da vida. O lugar do analista na transferência, seja frente à transferência positiva, quando lhe é direcionado conteúdos inconscientes sexuais, seja frente à hostilidade que lhe é imposta por meio da transferência negativa – é o de abster-se de oferecer uma resposta fechada, abrindo a possibilidade de presentificação do inconsciente na neurose de transferência (FREUD, 1914/1996). Esse conceito se refere ao surgimento, durante o processo analítico, de repetições ou atuações (*acting out*) no lugar da recordação. A associação livre colocará em marcha o processo de elaboração na medida em que o sujeito em análise vai nomeando os *acting out* e rememorando o que estava latente. O processo de simbolização da repetição, fazendo do *autômaton tiqué*, como diria Lacan (1963-64/1985), leva o sujeito à elaboração da repetição.

O modo como Freud (1905/1996) maneja a transferência com Dora, levando a paciente a atuar, em vez de elaborar, é elucidativo quanto aos obstáculos dos preconceitos do analista, que é a forma direta como Lacan (1953-1954/1986) nomeia a contratransferência. Essa atuação pode ser uma saída prematura da análise, ou pode ser uma permanência que leva o paciente a fixar-se em uma posição de não poder falar sobre o racismo. A análise coloca-se, então, como um reforço do recalque. O que leva Freud (1905/1996), diante da questão da feminilidade, a escutar sua resistência *à posteriori* no caso Dora? Ele percebe que seu “lugar de fala”, enquanto homem, o localizava na série

paterna: pai, Sr. K. Só depois ele pôde extrair do ensino de sua própria resistência, a impossibilidade de legitimar a questão que Dora trazia acerca do saber sobre a feminilidade que supunha presente na Sra. K.

Partindo dos consultórios de psicanalistas que são negras e negros, Kwame dos Santos e Fernando Teixeira-Filho (2020) afirmam que a vantagem da escolha por identificação, segundo os analisantes, é, primeiro, não sofrer racismo na análise, já que os brancos estariam tomados, sem que eles próprios percebam, pelos cruéis e naturalizados vícios do racismo estrutural. Além disso, o analisando não ficaria incumbido de apresentar ao analista as discussões sobre o tipo de opressão que sofre, já que partem de certo conhecimento sobre um pior atravessado no próprio corpo.

Apesar desses riscos e efeitos, entretanto, se essas razões são levadas para a análise, significa que podem ser interrogadas e enfrentadas, visto que cada corpo é afetado de maneira singular pelas opressões sociais. Dois fragmentos de casos atendidos na clínica do Ocupação Psicanalítica⁴² podem ilustrar o acolhimento dessa dimensão singular. Em um deles, uma jovem negra confessa a sua analista, também uma mulher negra, que preferia ser atendida por um homem. Em vez de simplesmente repassar o caso sem escutá-lo, a analista suporta essa rejeição inicial e abre espaço para que aquela demanda fosse interrogada. Após algumas associações, outro significante surge para redefinir a primeira afirmação. Além de relatar uma experiência anterior positiva com um analista homem, ela alega a dificuldade de falar sobre algumas questões com seu corpo diante do olhar de outra mulher, ainda mais se tratando de uma mulher magra. Depois de várias sessões, um dos pontos em torno do qual a análise da paciente gira é, justamente, o olhar racista de sua mãe, com uma ostensiva demanda para que a paciente emagrecesse. O outro caso, foi com um analista

⁴²Trata-se de um coletivo de psicanalistas que vem investindo, desde 2020, na pesquisa, na transmissão e na prática clínica voltada para uma psicanálise antirracista. Atualmente, está vinculado ao Núcleo de Psicanálise e Laço Social – PSILACS (UFMG) e conta com núcleos no Rio de Janeiro (UFRJ), no Espírito Santo (UFES) e na Bahia (UFRB).

homem, branco, cuja paciente relatou dificuldades de falar diante de um homem devido a situações de violências sexuais sofridas. Nesse caso, o analista chega a propor a possibilidade de encaminhamento, não sem acolher e escutar cuidadosamente o que a paciente tinha a lhe dizer. Ao relatar o caso em supervisão, o analista mostrou-se surpreso com o fato de a paciente, mesmo tendo se esquivado com faltas reiteradas em algumas sessões, ter retomado mais uma vez seu impasse e ainda assim decidido permanecer com o mesmo analista. Em ambos os casos, foi importante suportar a transferência negativa, escutando os impactos que o corpo e a cor da analista provocam na vinculação do paciente ao trabalho de análise. Admitir a incidência do racismo e do sexismo é, pois, fundamental para que a resposta do analista não seja obstaculizada pela sua resistência ao sofrimento racial e sexista recalcado pelo sujeito ou a recusa automática da transferência. É importante suportar a enunciação acerca da branquitude do analista, dentro e fora da análise.

A superação da resistência do analista é, pois, uma operação clínica, mas também política que vai da formação à transmissão dos problemas cruciais que interrogam a psicanálise. Destacamos especialmente aquele que foi proscrito, não dito, inexplorado na história da psicanálise, a saber, a estrutura colonial e racista presente na transferência. Há, nesse âmbito, algumas perguntas cruciais que precisam ser feitas de forma bem direta: por que não há analistas negros nas instituições psicanalíticas? Por que não citamos os analistas pretos em nossas pesquisas e prosseguimos valorizando mais os autores europeus?

CONTRIBUIÇÕES FERENCZIANAS PARA O DEBATE

Em *Análise Terminável e Interminável*, Freud (1937/1996) traz à tona a crítica de Ferenczi ao fato de ele não levar em consideração a dimensão da transferência negativa, quando esse polo da ambivalência afetiva se encontra escamoteado. O psicanalista húngaro, que foi analisante de Freud e percebeu o quanto sua análise não tocou nos afetos

hostis dirigidos ao analista – e, portanto, o impediu de avançar em sua análise – propõe uma transformação da técnica psicanalítica. Criou a técnica ativa, de forma que o analista estivesse numa postura menos passiva frente ao seu paciente, na busca de provocar, fazer aparecer os afetos desagradáveis dirigidos ao médico. Ferenczi acaba posteriormente por abandonar a técnica ativa, mas mantém a proposição ética de que o analista não poderia ser neutro, apontando a hipocrisia dos analistas frente à falta de sensibilidade diante da dor do seu paciente. Essa indiferença não se dava por uma simples defesa individual ou algo específico daquele analista, mas sobretudo por aspectos ligados ao lugar social e à impossibilidade de perceber as próprias resistências. Considerando que o caso a caso, a singularidade própria ao fazer clínico, poderia não evidenciar os determinantes sociais, Ferenczi alerta que corremos o risco de estarmos nós “tranquilos, fumando nosso charutinho, entediados, às vezes fazemos uma observação convencional, às vezes cochilamos(...)” (FERENCZI, 1932/1990, p. 224), enquanto resistimos aos desafios maiores que o tratamento exige. Canavêz e Verztman (2021), destacando esse ponto, perguntam se os psicanalistas são capazes de escutar os desmentidos sociais.

Sem deixar em segundo plano a realidade psíquica, a concepção ferencziana do traumático acentua elementos até então pouco valorizados na psicanálise. Para além do trauma como excesso pulsional inassimilável e que escapa à representação, Ferenczi sugere que o terror se deve não apenas àquele evento terrificante, mas à consequência de o sujeito não ter seu sofrimento reconhecido. Portanto, não se trata apenas de como o sujeito vive de forma singular o acontecimento traumático, mas é preciso sobretudo considerar todo o seu entorno social (GONDAR, 2016, p. 137). A recusa radical do reconhecimento de um sofrimento decorrente de uma violência é, segundo Gondar, a própria negação do sujeito. Esta seria justamente a dimensão do desmentido em Ferenczi. O impacto do descrédito foi desenvolvido pelo autor quando descreveu uma situação de abuso sexual vivido por

uma criança, envolvendo também situações de sujeição, humilhação e tortura, nas quais o sujeito está submetido sem que possa reagir. A criança do mito ferencziano tem sua experiência desacreditada por um adulto que não pode escutá-la. Mais do que não escutar, ele ratifica e desmente o abuso, fazendo além de uma negação, uma afirmação à criança, afirmação que legitima o abusador. Não se trata aqui da própria abolição de uma representação que retorna desde fora, como na psicose, ou de um esquecimento radical do desejo, produzido pelo recalcado rechaçado da consciência. Nesse caso, o sujeito é “subtraído violentamente não de seus conteúdos mentais, mas de processos de reconhecimento de si” (CANAVÊZ e VERTZMAN, 2021, p. 7).

O antídoto ferencziano para essa postura é a própria presença do psicanalista. Para ele, a ênfase exclusiva nas fantasias impede os analistas de estarem atentos à incidência da realidade social que comparece na análise, seja do lado do analista, seja do analisando, apontando que a saída de uma espécie de “burocratização da escuta” (CANAVÊZ e VERTZMAN, 2021) estaria ligada a conhecer os determinantes sociais aos quais ele próprio estaria sujeito. Vale lembrar as iniciativas de Freud no entre guerras, com o incentivo às clínicas públicas, apresentadas no livro organizado por Danto (2019). Como afirma Ayouch (2019), a psicanálise começa como uma prática judaica, num ambiente no qual a Alemanha assistia a ascensão do Nazismo e, portanto, tratava-se de uma prática fundada por um estrangeiro judeu, considerado um inimigo a ser exterminado. A psicanálise é fundada a partir de uma ética subversiva também por ter surgido para que a sexualidade feminina, impedida de se expressar pela moral sexual civilizada da família burguesa europeia, pudesse sair da clausura através da escuta do sintoma histérico pelo analista.

Há uma espécie de elitização característica da institucionalização do movimento psicanalítico bastante questionada ao longo da história da psicanálise e que hoje vem sendo subvertida por uma práxis nova que se incomoda com a ausência de pessoas negras e indígenas nas

instituições de formação psicanalítica, bem como nas universidades e outros espaços decisórios politicamente relevantes. Kupermann (2019) chega a dizer que, além do núcleo irrepresentável do trauma, indizível para cada sujeito, é preciso perceber que, frente aos agrupamentos humanos mais vulneráveis, há formas violentas de poder que são tacitamente aceitas como coisa natural. São repetições que se perpetuam diante de nossa indiferença e, portanto, no lugar do indizível, o inaudível que “tende a tornar o outro insensível à voz daquele que deseja testemunhar a sua dor” (KUPERMANN, 2019, p. 67).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo com os estudos pós-coloniais e decoloniais é fundamental para termos uma postura crítica em relação a um universalismo pretensamente abstrato. Enrique Dussel (1993) sugere que o mito da modernidade origina o empreendimento colonial que resultou no extermínio de povos indígenas e na escravização de povos africanos. Tanto os indígenas quanto os negros foram considerados seres sem alma e essa desumanização mantém suas consequências; que precisam ser escutadas.

Como vimos, há repetições que não são exclusivas do paciente na transferência com seu analista, mas que são determinadas pela atualização das condições discursivas de dominação. Lacan (1969-70/1992) nos oferece, a partir da lógica dos discursos, um modo de circunscrever as dimensões políticas mais amplas dessa repetição no laço social, sem perder de vista o modo como cada um atualiza isso em sua trajetória. Como na análise o paciente precisa superar a resistência e falar para que algo da repetição sintomática cesse de se escrever, assim também, no âmbito político, a psicanálise precisa tomar coragem e falar sobre as dimensões racistas e coloniais que atravessam a nossa história e a nossa prática institucional e clínica. Se Fanon inicia esse exercício corajoso de rasgar o véu da hipocrisia e falar da pele negra e das máscaras brancas, desde a leitura da psicanálise freudiana, temos autoras que prosseguiram com esse exercício, se debruçando

sobre a realidade brasileira. Neuza Souza, Lélia Gonzalez, Isildinha Baptista, são mulheres que precisam ser estudadas. Mas é preciso também convocar os psicanalistas brancos a tomar a palavra no exercício de superação das resistências e denegações. Por serem maioria e ocuparem os espaços de poder, têm condições e responsabilidade na formação política dos novos analistas. Nesse sentido, a reversão teórica e política do apagamento do racismo e da negritude terá certamente ressonâncias clínicas tanto para analisantes – permitindo que muitas pessoas hoje excluídas sejam encorajadas a se candidatarem à análise – quanto para analistas, cuja escuta estaria mais aberta às questões específicas da periferia brasileira.

REFERÊNCIAS

- AYOUCH, Thamy. **Psicanálise e Hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações**. Curitiba: Calligraphie, 2019.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BISPO, Fábio Santos. **Para uma decolonização da psicanálise**. Decolonização e psicanálise, n-1 Edições, 2022. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/para-uma-decolonizacao-da-psicanalise/>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- CANAVÊZ, Fernanda; VERZTMAN, Julio Sergio. Somos capazes de escutar os desmentidos sociais? **Ayvu: Revista de Psicologia**, v. 8, 2021.
- DANTO, Elizabeth Ann. **As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**, trad. bras. de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FERENCZI, Sándor. **Diário clínico** (1932). São Paulo. Martins Fontes, 1990.
- FREUD, Sigmund. Fragmento da análise de um caso de histeria (1905). In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 7, p. 15-108.

- FREUD, Sigmund. A dinâmica da transferência (1912). In: FREUD, Sigmund. **ESB**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 12, p. 109-111.
- FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: FREUD, Sigmund. **ESB**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 12. p. 161-163.
- FREUD, Sigmund. Observações sobre o amor transferencial (1915). In: FREUD, Sigmund. **ESB**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 12 p. 175-177.
- FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e análise do ego (1921). In: FREUD, Sigmund. **ESB**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.18. p. 79-145.
- FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável (1937). In: FREUD, Sigmund. **ESB**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 23. p. 225-231.
- GONDAR, Jô. Terror, terrorismo e reconhecimento. **Cadernos de Psicanálise**, v. 38, n. 35, 2016. p. 129-141.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira (1984). In: RIOS, Flávia e LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. pp. 75-93.
- GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016.
- KUPERMANN, Daniel. **Por que Ferenczi?** São Paulo: Zagodoni, 2019.
- LACAN, Jacques. **O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953-1954)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.
- LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1963-64)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (1969-70)**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 1992.
- LACAN, Jacques. Proposição de 9 de outubro de 1967. In: LACAN, Jacques. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 248-264.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOURA, Clovis. **Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.
- MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia e ABUD, Cristiane Curi (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância**. Petrópolis: Vozes, 1980.

RIBEIRO, Djamila. **O que é o lugar de fala?** Letramento: Rio de Janeiro, 2017.

RIBEIRO, Mariana; ROSA, Nayara Paulina e ASSIS, Geisa. A constituição da massa colonial e a estrutura coletiva do quilombo. **Revista Trivium: estudos interdisciplinares**. UVA: Rio de Janeiro, 2022 (no prelo).

SANTOS, Kwame Yonatan Poli dos; TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva. A clínica e a construção dos lugares de fala e de escuta. **Revista PUC-SP**, Cadernos do fim do Mundo. v. 1, n. 21, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social** (1983). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.: 2021.